

Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo – estratégias discursivas e manipulatórias

AGUIAR, MICAELA
maguiar60@gmail.com

CEHUM - Universidade do Minho

PALAVRAS-CHAVE:
manipulação;
argumentação;
discurso presidencial;
discurso de tomada de posse;
ethos.

RESUMO: Enquadrado numa perspetiva discursiva-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, o presente artigo tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1974). Este artigo propôs-se, partindo da hipótese de que os discursos presidenciais de tomada de posse no Estado Novo confluem para o discurso propagandista e doutrinário do regime, analisar as estratégias discursivas globais e as estratégias manipulatórias locais (Charaudeau, 2009) indicadoras de um discurso de manipulação. Para tal, organizámos a análise em três partes de forma a focar estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público. Concluímos que (1) a legitimidade do estatuto institucional de Presidente da República (e a retoma deste *ethos* institucional no discurso) serve como base para o discurso de manipulação; (2) a captação do público é feita através da construção de uma emotividade negativa (fruto de estratégias manipulatórias específicas); (3) a credibilidade (ou construção de imagens) resulta de estratégias manipulatórias particulares e apresenta o locutor na figura de salvador; (4) a articulação das diferentes estratégias manipulatórias traça a estrutura prototípica das narrativas de aventuras; e (5) os propósitos manipulatórios destas estratégias diferem de acordo com as conjunturas históricas.

KEY-WORDS:
manipulation;
argumentation;
presidential speech;
inaugural address;
ethos.

ABSTRACT: Under the scope of an interdisciplinary approach of Discourse Analysis, this article focuses on Estado Novo's (1926-1974) presidential inaugural addresses. We will be working under the hypothesis that presidential speeches (as well as all other institutional interventions) were aligned with the ideology of the dictatorial regime. Our work examines the global discursive strategies and the local manipulative strategies (Charaudeau, 2009) found to be indicative of manipulation. This article has been divided in three parts to focus on the discursive strategies of legitimacy, credibility and audience engaging. We have concluded that (1) the legitimacy of the President of the Republic's status (as well as the rework of the speaker's institutional *ethos*) serves as the basis of the manipulation in these speeches; (2) negative emotions are created to engaged the audience; (3) the image and credibility of the speaker are a result of local manipulative strategies; (4) the different manipulative strategies follow the prototypical structure of popular tales of adventure; and (5) the manipulative agenda of these strategies changes over time.

1. INTRODUÇÃO

1. Este trabalho enquadra-se no projeto de dissertação doutoral, intitulado “Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos cem anos da República portuguesa”, o qual procurará analisar os mecanismos linguístico-discursivos ao serviço de uma determinada imagem ou ethos presidencial e a organização global dos discursos de tomada de posse presidenciais, enquanto género discursivo. O nosso trabalho de dissertação doutoral encontra-se inserido num projeto de investigação mais amplo, intitulado “O discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais”, de que é investigadora principal a doutora Maria Aldina Marques.

O presente trabalho¹ tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1974) e propõe-se analisar as estratégias discursivas globais e as estratégias manipulatórias locais, tal como são teorizadas por Charaudeau (2005a, 2009), empregues ao serviço da manipulação, nestes discursos.

Enquadrado numa perspetiva discursiva-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, partiremos da hipótese de que os discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo confluem, como todos os discursos institucionais, para o discurso doutrinário que circulava no “aparelho de propaganda e inculcação ideológica do regime” (Rosas, 2001, p.1037) e que, como tal, encontraremos nestes discursos estratégias discursivas e manipulatórias (Charaudeau, 2009) indicadoras de um discurso de manipulação.

Nesse sentido, apoiar-nos-emos nos contributos da Análise Argumentativa (Plantin, 1999, Charaudeau, 2005a, 2007,) na teoria do ethos (Amossy 1999, 2010 e Maingueneau, 1999 e 2002) e em alguns trabalhos da Ciência Política (Braga da Cruz, 1982, Rosas, 2001, entre outros) para:

- examinar como as estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público contribuem para a manipulação;
- analisar as estratégias manipulatórias locais presentes nos discursos;
- categorizar os mecanismos linguístico-discursivos ao serviço destas estratégias;
- explicitar as dimensões político-ideológicas que ajudam a clarificar a orientação argumentativa deste tipo de estratégias.

2. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE NO ESTADO NOVO (1926-1974)

O regime político autodenominado Estado Novo engloba, como defendem alguns politólogos (Rosas, 2013, p.13), “48 anos de ponta a ponta (1926-1974), metendo nesse transcurso a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo que dela saiu (1933-1968) e a ponta final do marcelismo [...] (1968-1974)”, constituindo, assim, um dos regimes ditatoriais mais longos da Europa Ocidental, no século XX.

Este regime instaurou-se em Portugal, oficialmente, com a Constituição de 1933, na sequência dos movimentos revoltosos de 1926, que puseram irredutivelmente fim à Primeira República (1911-1926) e à instabilidade política das primeiras décadas do século XX. O Estado Novo afasta-se do totalitarismo de regimes contemporâneos como o alemão ou o italiano, pela sua “formação católica” e pela “recusa de insubordinação do Estado ao Direito” (Braga da Cruz, 1982, p.775), mas não deixa de pertencer aos regimes de “vocaçao totalitária” (Rosas, 2001:1054), constituindo uma “ditadura autoritária” com um “desígnio doutrinário totalizante” (Braga da Cruz, 1982, p.784 e p.777, respetivamente).

O Estado Novo procurou, com efeito e à semelhança de outros regimes fascistas europeus, pôr em prática “um projeto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’” que pretendia a “criação de um novo tipo de portuguesas e portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador” (Rosas, 2001, p.1032).

Tal projeto de inculcação ideológica seria inconcebível sem a ação coordenada dos órgãos de poder, que, na Constituição de 1933, estavam centralizados na figura do Presidente da República e na do Presidente do Conselho de Ministros, naquilo que, pelo menos no texto constitucional, constituiria um sistema de governo caracterizável como “presidencialismo bicéfalo”, mas que, na prática, resultou numa “subalternização do chefe de Estado ao presidente do Conselho de Ministros” (Braga da Cruz, 1982, p.784).

A figura do Presidente da República alinhava-se, então, com a orientação ideológica do regime, sendo impensáveis situações de “coabitação” entre Presidente da República e Chefe de Governo de cores partidárias diferentes, como, aliás, se verificou em várias ocasiões após o 25 de Abril, com a progressiva “personalização da política” (Freire e Pinto, 2010, p.102); e cabia-lhe exercer uma “chefia simbólica da nação”, servindo de “complemento político ao chefe de governo” (*idem*, p.10).

As intervenções presidenciais no período do Estado Novo confluem, assim naturalmente para o discurso doutrinário que circulava no “aparelho de propaganda e inculcação ideológica do regime” (Rosas, 2001, p.1037) e para o qual as inaugurações e visitas ao império do Presidente da República, sem dúvida, contribuiriam.

Os discursos de tomada de posse constituem, por natureza, espaços privilegiados de mobilização do povo, ao serem dotados de solenidade histórica (Noppen, 2002), e, no período do Estado Novo, serviam como plataforma, não só de reafirmação da autoridade e legitimidade presidenciais, mas sobretudo de inculcação e gestão ideológicas do regime, na medida em que, com a forte ideologização da política da altura, é do ideal sociopolítico do regime, e não de um necessariamente desejado por todos (Houessou, 2013, p.19), que o Presidente é representante.

3. ARGUMENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO

Argumentação será aqui considerada, não como questão de raciocínio e de relações puramente lógicas, mas, à semelhança de Charaudeau (2007, p.1), como uma “prática social”, inscrita na problemática mais geral da influência², o que implica necessariamente perspetivar a argumentação em contexto e considerar o género de discurso em questão, os objetivos estratégicos e todos os componentes contextuais que regulam a interação.

A argumentação no discurso político caracteriza-se pela orientação para a persuasão³ e por ter, assim, como objetivo global modificar opiniões e crenças, de “fazer crer” e, em última

2. Charaudeau (2007, p.1) define influência como o ato de “tout sujet parlant cherche[r] à faire partager à l'autre son univers de discours”.

3. Para Charaudeau (2007 p.5), embora as finalidades de uma determinada situação de comunicação possam ser variadas, são três as mais relevantes para a argumentação: (1) a demonstração, que pressupõe a determinação e fundamentação de uma verdade que ainda não se encontra estabelecida, como nos artigos e colóquios científicos; (2) a explicação, que consiste em esclarecer as razões de um determinado fenómeno, como no contexto pedagógico e (3) a persuasão, que implica “faire faire’ ou ‘faire penser’ quelque chose à l'autre, par l'intermédiaire d'un ‘faire croire’”, como é o caso, nas palavras do autor, da comunicação propagandista publicitária ou política.

instância, de “fazer fazer” (Charaudeau, 2009, p.29). O ator político faz, então, uso de estratégias discursivas – que remontam, em parte, à tríade aristotélica de provas argumentativas – de legitimidade, credibilidade e de captação do público (Charaudeau, 2007, p.3), sem as quais qualquer projeto persuasivo estaria condenado.

A legitimidade advém, ao contrário da credibilidade, de uma posição atribuída por um determinado sistema de organização social reconhecido pelos membros dessa sociedade, pelo que “a legitimidade se baseia num reconhecimento e numa crença coletiva”⁴ (Charaudeau, 2015, p.7). A legitimidade determina, como tal, a posição de autoridade do locutor em relação ao interlocutor, que reconhece “em nome de quem o locutor fala” (Charaudeau, 2007, p.3) e faz parte da dimensão extralinguística⁵ da imagem ou *ethos*⁶ do locutor. Aliás, o estatuto institucional é uma dimensão da imagem de quem toma a palavra, que Amossy (2010) denomina de *ethos* institucional, ao referir-se às considerações sociológicas de Bourdieu (1982) sobre a posição social do indivíduo, e que pode ser retomada e retrabalhada no discurso.

A credibilidade é sobretudo uma questão de *ethos* (discursivo) (Charaudeau, 2009, p.7), pelo que é construída no discurso e prende-se com a necessidade de o locutor se mostrar digno de confiança⁷. No discurso político, a construção de imagens é virada para o público e, se, em democracia, o *ethos* político mergulha nos imaginários coletivos mais populares (Charaudeau, 2005b); nos discursos do Estado Novo, a imagem do Presidente da República parte, como veremos, do imaginário ideológico do regime.

A captação do público prende-se, por sua vez, com a problemática do *pathos* e, consequentemente, com a da emoção enquanto categoria discursiva (Marques, 2012, p.118). As emoções construídas no discurso, sejam elas expressas ou conotadas (Micheli, 2008, p.5), ligam-se invariavelmente à construção do *ethos*. Daí Plantin (1998, p.214) falar da “estrutura patémica” do *ethos*, já que é em relação às emoções construídas no discurso que o locutor se posiciona e constrói a sua imagem.

4. Todas as traduções são da nossa responsabilidade.

5. Referimo-nos aqui a distinção entre *ethos* discursivo (Maingueneau, 1999, 2002), ou a imagem que o locutor constrói conscientemente ou não de si no discurso, e *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio, na terminologia de Amossy), ou a imagem que preexiste do locutor – a sua imagem pública –, que pode ser evocada e reelaborada no discurso. Esta problemática remonta à retórica clássica que oponha um *ethos* construído no discurso que permitia ao locutor mostrar-se digno de confiança, tal como era concebido por Aristóteles, a uma reputação pessoal, construída ao longo da vida, que credibilizava o locutor, tal como a retórica romana defendia

6. Partimos aqui do conceito de *ethos* tal como é atualmente teorizado na perspetiva da Análise do Discurso (Amossy, 2010, Charaudeau, 2005b, Maingueneau, 1999, 2002) enquanto imagem que é construída do locutor.

7. O conceito de *ethos* enquanto imagem que é construída do locutor encontra-se, aliás, ligado, desde as suas origens na retórica clássica, à questão da credibilidade.

A manipulação enquadra-se precisamente nesta dimensão da argumentação direcionada para a persuasão (Charaudeau, 2009, p.9-11). A manipulação voluntária, que Charaudeau distingue de formas de manipulação involuntárias, como o rumor, define-se por duas condições: (1) o manipulador não revela o seu projeto e fá-lo passar por um outro que é apresentado como benéfico ao manipulado e (2) o manipulador goza de algum tipo de legitimidade e credibilidade (Charaudeau, 2009, p.8).

Exemplo paradigmático da manipulação voluntária é o da propaganda política e de um dos seus tipos mais radicais, o da doutrinação e inculcação ideológica, que procura a adesão das massas a um determinado ideal social ou humano, recorrendo para tal a estratégias manipulatórias particulares, e cujo funcionamento é bem visível em regimes totalitários (*idem*:10-11).

E é exatamente o funcionamento discursivo – das estratégias discursivas mais gerais e das estratégias manipulatórias locais – desta manipulação direcionada para a doutrinação e para a inculcação ideológica que será analisado, neste artigo, a partir dos discursos presidenciais de tomada de posse proferidos no Estado Novo. A análise privilegiada é, dado que se parte do pressuposto de que os discursos são práticas sociais e de que sentido é contextualmente construído, de base qualitativa.

O *corpus* de análise é constituído pelos 8 discursos presidenciais de tomada de posse proferidos nos 48 anos do Estado Novo, um período em que a “Presidência da República foi dominada por militares, no fundamental, obedientes a Oliveira Salazar” (Freire e Pinto, 2010, p.25).

Presidente da República	Ano	Mandato	Sigla
Óscar Carmona	1928 ^a	1º mandato	OC1928
Óscar Carmona	1935	2º mandato	OC1935
Óscar Carmona	1942	3º mandato	OC1942
Óscar Carmona	1949 ^a	4º mandato	OC1949
Craveiro Lopes	1951	1º mandato	CL1951
Américo Tomás	1958	1º mandato	AT1958
Américo Tomás	1965	2º mandato	AT1965
Américo Tomás	1972	3º mandato	AT1972

E, com efeito, os Presidentes da ditadura – Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás – foram militares de carreira, desprovidos de “uma imagem marcadamente política” (*idem*:37) e foram eleitos para mandatos de 7 anos, através de sufrágio direto, mas não universal até 1958 e através de colégio eleitoral, após a revisão constitucional de 1959.

4. AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E AS ESTRATÉGIAS MANIPULATÓRIAS

4.1. A LEGITIMIDADE DE PRESIDENTE NA BASE DO DISCURSO DE MANIPULAÇÃO

A manipulação (aquela que é estratégica e voluntária) parte necessariamente de algum tipo de posição de legitimidade (Charaudeau, 2009, p.8), que, nos discursos de tomada de posse do Estado Novo, provinha do estatuto social do locutor, o de Presidente da República. E há uma dupla legitimidade neste estatuto: a da dimensão institucional (e constitucional) do cargo e a da eleição por voto (ainda que não universal). O Presidente da República é – e tem sido em toda a história da República Portuguesa – o representante eleito por excelência da Nação e dos portugueses.

Tabela 1 - *Corpus*

8. Óscar Carmona toma posse da presidência em 1926 na sequência da revolução militar de maio de 1926 que pôs fim à 1.ª República, mas só é eleito oficialmente em 1928. O discurso em causa refere-se, pois, à tomada de posse de 1928.

9. Óscar Carmona morre no exercício da presidência, não completando o mandato de 7 anos e precipitando as eleições presidenciais para 1951.

O estatuto de Presidente da República confere ao locutor uma voz autorizada – autorizada a falar em nome do país e dos portugueses, a falar em nome do interesse geral da nação e, desta forma, a falar diretamente para os portugueses. Aqui, os discursos de tomada de posse constituem uma plataforma de dimensões únicas, pois, ao serem espaços de reflexão e diagnóstico da situação do país articulados com o carácter cerimonial da investidura, abrem lugar à apresentação do que poderá ser considerado um projeto de vida para o país e à mobilização direta da população, nesse sentido.

Este estatuto institucional, cujas funções e poderes, mesmo os informais, – como o de falar em nome e para os portugueses – são *a priori* reconhecidos, não deixa de ser reforçado no discurso, num processo que é mais de credibilização, do que de legitimação. O *ethos* institucional do Presidente é retomado e retrabalhado no discurso.

A retoma da dimensão institucional da imagem do Presidente da República nos discursos de tomada de posse do Estado Novo salienta aquilo que é descrito com uma posição de grandes responsabilidades (“*estar atento aos erros que se cometem*”), que traz consigo muitas preocupações (“*é na sua consciência que pesará a responsabilidade*”) e exige uma postura um tanto abnegativa (“*firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve*”).

(1) A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. (AT1958)

(2) E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar. (AT1965)

Ser-se Presidente da República – ou, aliás, qualquer posição de alta chefia – apresenta-se como algo que não é, e ninguém quer que seja, para todos: é um cargo que, com as suas responsabilidades e obrigações (“*consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época*”), não se ambiciona, mas desempenha-se por dever (“*segui o imperativo do dever*”);

(3) Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. (OC1949)

e não são todos que conseguem ser mais do que “*um simples espectador*”, pois quem é Presidente tem que, não só estar preparado para as emergências, mas ter as capacidades para avaliar e diagnosticar situação e os problemas que poderão afetar o país (“*Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham*”).

(4) Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham, pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador desta solene cerimónia. (AT1972)

Expressa-se, aqui e por contraste, além de uma conceção de presidência, um ideal de vida coletiva assente na “mediania”, no “viver habitualmente” e numa “*aurea mediocritas*” definida como “a felicidade possível e conveniente para as aspirações dos portugueses” (Rosas, 2013, p.175).

Mas, sobretudo, constrói-se uma credibilidade discursiva que se apoia na legitimidade institucional conferida pelo cargo da presidência. Em enunciados assertivos, marcados por valores deônticos fortes (“*cabe*”, “*competete*”, “*obedeci*”, “*responsabilidades*”, “*imperativo*”, “*dever*”); e na adoção de uma atitude orientada para a explicação¹⁰ (com estruturas explicativas, “pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar”, “*pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador*”; e apagamento enunciativo, “*A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem*”) que contribui para o acréscimo do “capital de autoridade”¹¹ (Bourdieu, 1977, p.20) do locutor, reforça-se a dimensão institucional da imagem do Presidente, construindo-se uma imagem do que significa ser-se Presidente da República. O discurso de manipulação só pode existir com base numa voz autorizada, neste caso, legitimada pelo estatuto institucional e credibilizada enquanto tal no discurso.

10. Charaudeau (2005a, p.27), considerando a argumentação enquanto modo de organização do discurso, defende que esta pode ser orientada para objetivos comunicativos distintos (o de explicação, de persuasão e de demonstração); definindo que um propósito de explicação implica que o locutor clarifique as razões e o funcionamento de um determinado fenómeno, tal como é característico de contextos pedagógicos e informativos (*idem*:6). Um discurso de explicação pressupõe, então, a legitimidade do locutor (Grize, 1981, p.9-10), uma “máscara de objetividade” (Adam, 1997, p.134) e uma relação de poderes, na medida em que “pour l’explication, cette règle veut que celui qui explique domine son partenaire” (Borel, 1981, p.27).

11. Bourdieu (1977, p.20) considera a linguagem como um instrumento de poder, defendendo que as palavras não têm poder (ou significado) inato e servem, sim, de veículos para mobilizar a autoridade acumulada pela posição social do locutor num determinado campo. Apesar de defender a completa determinação da imagem do indivíduo pelo estatuto social, Bourdieu considera a palavra de autoridade – entendida como um discurso de quem tem legitimidade – “doit un part très importante de ses propriétés au fait qu’il doit contribuer a sa propre crédibilité” (*ibidem*).

12. Rowland (2002) defende que uma das características constituintes dos discursos de tomada de posse prende-se com o ato de “tell the people where the nation places itself in the context of history”. Também Chung e Park (2010, p.219) referem que, considerando os discursos de tomada de posse na sua globalidade, estes “provide a history of the nation’s growth over time”.

4.2. A CONSTRUÇÃO DE UMA EMOTIVIDADE NEGATIVA NA CAPTAÇÃO DO PÚBLICO

A questão da captação do público está relacionada com a problemática do *pathos* e dos processos de dramatização usados para suscitar emoções que predisponham o público a partilhar o ponto de vista (ou universo de discurso (Maingueneau, 2002)) de quem fala (Charaudeau, 2008, p. 50). Estamos, de entre os diferentes modos de inscrição de afetividade no discurso (Micheli, 2008, p.4), ao nível da construção estratégica de emoções.

Nos discursos de tomada de posse do Estado Novo (como aliás no discurso político em geral (Charaudeau, 2005a, p.36)), as emoções são construídas através de estratégias argumentativas específicas que vão contribuir para o discurso global de manipulação. Uma destas estratégias consiste na afirmação e descrição de um mal (seja este económico – como o desemprego ou a crise –, social – como o crescente individualismo e a consequente isolamento do indivíduo – ou moral – como a crise de valores ou a decadência moral) (Charaudeau, 2009, p.8-9).

O mal que se descreve nos discursos de tomada de posse do Estado Novo consiste, não num fenómeno económico, social ou político particular, mas num “estado de coisas” do período em que se vive, que se explicita em estruturas apositivas que pressupõem um conhecimento partilhado (“*nesta hora conturbada*”). E este mal é descrito, em atos, sobretudo, assertivos, como um diagnóstico da situação do país, que é, aliás, característico dos discursos de tomada de posse presidenciais¹². A dramatização da situação do país é, aqui, validada pela legitimidade de Presidente da República e pelo próprio género discursivo.

(5) Estas palavras do compromisso constitucional que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestações da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão. (OC1942)

Este “estado de coisas” ao mesmo tempo que afeta diretamente os Portugueses a quem o Presidente se dirige – e nos quais se inscreve pelo uso inclusivo do pronome Nós – (“*a época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto*”), toma também proporções planetárias, estendendo-se a todo o mundo (“*na hora em que parece o mundo tudo despreza e tudo subverte*”).

(6) A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem. (CL1951)

(7) Vale a pena, Senhores Deputados, viver e morrer por uma Pátria que, ainda na hora em que parece o mundo tudo despreza e tudo subverte, encontra justos motivos para o respeito dos outros povos. (OC1942)

Há aqui uma hiperbolização da realidade, assente em estruturas generalizantes (“*tudo despreza e tudo subverte*”), em estruturas de superlativização (“*tão perturbada e de futuro tão incerto*”) e no recurso a léxico disfórico (“*perturbada*”, “*perigos*”, “*ameacem*”, “*despreza*”, “*subverte*”).

As consequências da situação que se descreve são graves e antevêm uma transformação económica, social e política (“*no mundo económico, no mundo social, no mundo político*”), à escala mundial e à qual será impossível ficar indiferente (“*numa das grandes viragens da História*”). São mudanças que causam problemas (“*Multiplacam-se os problemas*”), perturbam o indivíduo (“*uma grave perturbação agita os espíritos*”) e criam inseguranças (“*mais perplexidades que seguranças*”) e cujas consequências são, em última instância, imprevisíveis.

(8) Estamos, como todos reconhecem, numa das grandes viragens da História. Multiplacam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. (OC1949)

Também as consequências deste mal são hiperbolizadas, através de enumerações (“*Multiplícam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos*”), estruturas superlativização (“*mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas*”), de repetições enfatizantes (“*no mundo económico, no mundo social, no mundo político*”) e de léxico disfórico (“*problemas*”, “*grave perturbação*”, “*agita*”, “*perplexidades*”, “*dúvidas*”).

A projeção deste “estado de coisas” num futuro sem fim à vista, através de atos preditivos, legitimados pela voz do Presidente, (“*não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos*”) cria uma expectativa permanente de um mal, que paira indistintamente no quotidiano e provoca uma “inquietação que causa angústia” (Charaudeau, 2005a, p.37).

(9) Infelizmente não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos que há anos atrás se viveram, embora a parte boa e sã da humanidade os deseje, como nós, com toda a compreensível ansiedade. (AT1972)

Nos discursos de tomada de posse do Estado Novo, é descrito, então, um “estado de coisas” inquietante e tumultuoso, que tem por consequência a instabilidade social, económica e política generalizada; que afeta os Portugueses em particular e o mundo, na sua globalidade, e que se prolonga indefinidamente no futuro.

Outra estratégia argumentativa ao serviço da construção de emoções e que contribui para o discurso de manipulação, nestes discursos, caracteriza-se pela descrição das causas do mal. E se em discursos mais populistas, que têm por objetivo a mobilização, a fonte deste mal são as classes políticas, as elites ou os imigrantes (Charaudeau, 2008, p.55); nos discursos de tomada de posse, que partilham de um propósito de unificação e se afastam da polémica ou da retórica divisiva (Álvarez e Chumaceiro, 2009), as causas deste mal são escassamente descritas.

O mal que afeta o País é descrito como sendo, essencialmente, causado por fatores e condições externas que escapam ao controlo de todos. O País é, pois, como outras nações, uma

vítima (“as nações são vítimas” e “que tão injustamente nos criaram”) de problemas e dificuldades desencadeadas por outros países (“mas das que em outros povos se geram”). Há um apagamento discursivo dos agentes do mal: a origem do mal é desconhecida (“que tão injustamente nos criaram”) ou o mal é personificado (“dificuldades que em cada povo se engendram e nascem”).

(10) A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram. (OC1935)

(11) E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem otimismo inconvenientes. (AT1972)

Não existindo uma causa concreta, uma possibilidade de controlar a situação ou um inimigo a quem apontar o dedo, intensifica-se a dimensão emocional deste “estado de coisas”. A articulação destas duas estratégias (a descrição de um mal e das suas causas) dá, com efeito, resposta aos tópicos das emoções, propostos por Plantin (1999, p.8) para delimitar os traços argumentativos emocionais (ou “*pathèmes*”) de enunciados que, não tendo um termo de emoção (“Tenho medo!”, “Que feliz estou!”) explícito, são passíveis de suscitar uma emoção (Plantin, 1998, p.1314). São eles: O quê?, Quem?, Como?, Quando?, Onde, Quantidade/intensidade?, Causa/agente?, Consequência? Possibilidade de controlo?, entre outros. E a emoção que se constrói no discurso através deste “estado de coisas” é uma marcadamente disfórica, como é, aliás, característico dos discursos totalitários¹³ (Kacprzak, 2013, p.2).

Através de variados mecanismos linguístico-discursivos de hiperbolização (como enumerações, repetições, estruturas de superlativização e de generalização, personificações, atos preditivos e recurso a léxico disfórico) e das estratégias argumentativas de descrição de um mal e descrição das causas desse mal, constrói-se no discurso uma emotividade negativa que pode

13. Kacprzak (2013, p.2) defende que os discursos totalitários demonstram uma predileção por uma emotividade de carácter destruidor e que este tipo de pathos negativo serve de base emocional do que o regime pretende impor à sociedade.

ser traduzida por sentimentos de inquietação, medo, angústia ou preocupação e que é validada pela legitimidade do Presidente da República (e do próprio gênero discursivo que prevê o diagnóstico da situação do país).

O recurso à construção de emoções negativas não é incomum nos discursos presidenciais, como nota Charaudeau (2009, p.9) ao fazer referência ao discurso “Wanted Ben Laden” de George W. Bush, após o 11 de setembro, e vai servir propósitos persuasivos (e, em alguns casos, manipulatórios) distintos. Nos discursos em análise, a dramatização da situação do país é essencial para predispor (emocionalmente) o público a aceitar as indicações e os projetos (apresentados como benéficos) de quem manipula. Ou, por outras palavras, os projetos propagandistas e doutrinários do regime são passados, como em seguida veremos, como a melhor forma de sair (ou, pelo menos, de atenuar e de não agravar as consequências) de uma situação dramática.

4.3. A CONSTRUÇÃO PERFORMATIVA DO ETHOS E A FIGURA DO SALVADOR

A construção da credibilidade ou da imagem de quem fala é fundamental no discurso persuasivo e, em especial, no discurso de manipulação. A construção de uma emotividade negativa permite ao locutor construir a sua credibilidade, destacando aqui uma dimensão distinta da sua imagem, mas que não deixa de estar de acordo com o *ethos* globalmente construído no discurso. É um *pathos* com fins de *ethos* (Charaudeau, 2008, p.56).

A dramatização da situação do País (e do mundo) abre caminho para a entrada em cena de uma figura heroica, um salvador que vai libertar o povo dos seus males (Charaudeau, 2005a, p.37) e dar-lhe razões para não ter mais medo (Plantin, 1999, p.12). A aparição desta figura resulta da articulação de duas estratégias argumentativas específicas, que contribuem para o discurso global de manipulação: (1) a exaltação de valores que vão reparar o mal e (2) o apelo ao povo (Charaudeau, 2009, p.9).

A partir destas estratégias, o locutor vai apresentar no exercício de uma autoridade e liderança dinâmicas, mostrando o caminho para a salvação e enunciando as medidas que vão reparar o mal. É uma construção performativa do *ethos* (Charaudeau, 2007, p.6). Aliás, Campbell e Jamieson (1985, p.401) consideram que o próprio género discursivo é performativo, na medida em que, nos discursos de tomada de posse, o Presidente deve mostrar-se no papel de Presidente e ser-se Presidente é, entre outras coisas, ser uma figura de autoridade e de liderança.

A exaltação de valores e os apelos ao povo coadunam-se com o discurso global de propaganda e inculcação ideológica do Estado Novo. A união, por exemplo, enquanto princípio é transversal no ideário salazarista, seja na idealização de um Estado corporativista, no qual estavam “representados os interesses económicos, sociais e morais dos diversos estratos da população, numa coexistência do consenso possibilitada pela polarização comum em torno do pretenso engrandecimento da Pátria” (Torgal e Homem, 1982, p.1438); seja no modo de representação política através do partido único – a União Nacional – seja ainda na questão do Império e do colonialismo.

Nos discursos de tomada de posse, o apelo e a exaltação da união realiza-se através de atos assertivos, marcados por estruturas que apagam o enunciador (“*Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo*”) e por estruturas deônticas (“*é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua defesa*”);

(12)Para que triunfem não basta porém que as sigamos; é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua defesa. É para essa união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos. (OC1949)

e ainda por atos diretivos diretos (“*É para essa união dos portugueses que apelo*”) e atos expressivos indiretos (“*é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais*” e “*Desejo ardentemente que em minha volta se reúnam*”) de apelo, enquadrados em segmentos e estruturas

textuais explicativos (Adam, 1997) – como é aliás característico dos discursos presidenciais de tomada de posse, não só do Estado Novo, mas dos diferentes períodos políticos da República Portuguesa. Também se formam redes lexicais que explicitam a exaltação da “união” como um valor reparador: os vocábulos que gravitam em torno do conceito de “união” (“*unida*”, “*unidos*”, “*união*”, “*reúnam*”) surgem aqui ligados às ideias de prosperidade (“*prosperam*”) e força (“*fortalecer*” “*fortes*”).

(13) Desejo ardentemente que em minha volta se reúnam todos os que tiveram a honra de nascerem terras de Portugal, sem distinguir raças, religiões ou ideias, e que no Chefe do Estado vejam segura garantia do prestígio e da continuidade da Pátria. Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo, invulnerável às investidas do tempo e dos homens. (CL1951)

A exaltação e apelo ao trabalho contribui, por sua vez, para a narrativa do mito da ruralidade, que fazia o apanágio do homem-trabalhador e da “vocaçãõ rural da nação” (Rosas, 2001, p.1035). Aqui recorre-se a mecanismos linguístico-discursivos idênticos (neste caso, mais uma vez a atos assertivos, indiretamente diretivos – (“*há, porém, que trabalhar muito mais*”).

(14) Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e, mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. (AT1972)

Também valores como Deus, (“*peço a Deus*” e “*Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português*”) a família (“*de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa*”) e a Pátria (“*orgulhosamente portuguesas, úteis à Pátria*”), que fazem parte do imaginário do Estado Novo – basta recordar os slogans “Deus, Pátria, Família” ou “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” –, são evocados e exaltados nestes discursos presidenciais, através de atos assertivos e atos diretivos de apelo.

(15) (...) e só peço a Deus que, se algum prémio merece a minha dedicação à causa da Pátria, me dê a felicidade de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa. É a minha suprema aspiração. (OC1926)

(16) Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português. A união multiplica a força e nós carecemos dela, tanto como noutros momentos difíceis da nossa História, para vencer a crise em que nos debatemos. Unidos, conseguiremos defendermo-nos e progredir e, portanto, vencer e continuar Portugal. (...) Se o meu apelo for ouvido, o que espero; se todos nos conservarmos perfeitamente unidos naquilo que fundamentalmente interessa à nossa terra, como é mister: nunca deixaremos – todos – de nos sentirmos orgulhosamente portugueses, úteis à Pátria em que nascemos e queremos constantemente progressiva e eterna. (AT1972)

As diferentes conjunturas históricas que se viveram durante o longo período da ditadura vão refletir-se, como afirma Rosas (2001), em “alterações do discurso e dos propósitos que animavam a sua divulgação”. Existem, pois, diferentes remédios para diferentes problemas. Ou melhor, a manipulação, nestes discursos, serve diferentes propósitos propagandistas e doutrinários que vão responder a problemáticas sociopolíticas distintas.

A crise financeira dos anos 30 (ou a Grande Depressão), por exemplo, abriu portas, para o aparecimento de regimes ditatoriais, na medida em que “para boa parte das classes dominantes da Europa mais atrasada pelos efeitos acumulados desses choques e pelas ameaças da massificação política, esse era o caminho para a reposição (...) da ordem perdida” (Rosas, 2013, p.192). O primeiro discurso de tomada de posse de Óscar Carmona, após a Constituição de 1933, que marcou o início do Estado Novo (e o fim da ditadura militar), traduz bem a empresa salazarista de regeneração do País que estava em pleno vigor (“*A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material*”), através, mais uma vez, de atos assertivos, marcados por estruturas deônticas.

(17) A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material; obra moral de fortalecimento contínuo do ideal coletivo pela exaltação dos altos des-

14. Embora tenha sido uma “crise sem oportunidades reais de transição”, nas palavras de Rosas (2013, p.236), este movimento de oposição contou com “frustradas conspirações golpistas” (*ibidem*), do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em 1944, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), no imediato pós-guerra.

15. Tanto a candidatura do general Norton Matos como a de Humberto Delgado provocaram reações políticas fortes. Na revisão constitucional de 1951, após a candidatura do primeiro, Salazar pretendia já acabar com o sufrágio direto, ficando-se, contudo, pela resolução da “ameaça de apresentação de candidaturas ‘subversivas’, estabelecendo agora a Constituição o princípio de que os candidatos teriam de ser aceites pelo Conselho de Estado, com base na fidelidade aos valores do regime” (Pinto, 2016, p.48). O abalo que a candidatura de Humberto Delgado provoca ao regime leva Salazar a acabar com o sufrágio direto do Presidente, na revisão de 1959, o que contribuiu, contudo, para o descrédito do salazarismo (Freire e Pinto, 2010, p.41).

tinis da raça e das perspetivas que o seu génio saberá traçar, e pelo apaziguamento das paixões desvairadas, dos conflitos que dividem e por isso mesmo diminuem; obra material, que eleve o nível de vida da população e torne, se não mais fácil, pelo menos, mais útil o esforço dos que trabalham. (OC1935)

Quando, no imediato pós-guerra, os movimentos oposicionistas ganham expressão¹⁴, naquilo que foi, de acordo com Saraiva (1991, p.360) o “primeiro movimento generalizado de contestação do regime” e que culminou na candidatura do general Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949 e, anos mais tarde, na candidatura do general Humberto Delgado, em 1958¹⁵, também os discursos de tomadas de posse dos Presidentes que ganharam estas eleições refletiram essa conjuntura sociopolítica.

(18) E sendo assim, muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total, e falsa a ideia de que, para fazer de novo, se podem esquecer ou postergar os princípios que derivam da própria natureza humana e a experiência de séculos foi pouco a pouco revelando e cristalizando na consciência dos povos. (OC1949)

(19) Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convêm, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados. Em toda a obra humana nem tudo resulta bem feito ou executado em conformidade com os melhores intentos e, não se afigurando sério negar ou minimizar o muito que de bom se faça, não há, também, que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal. (AT1958)

O Presidente dirige-se ao povo agora através de atos diretivos com uma carga deontológica mais forte: são atos diretivos, não de apelo, mas de advertência (“*muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total*” e “*Convêm, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados.*”), muito à semelhança de um pai que repreende e aconselha os filhos; atitude que, aliás, era prática documentada na literatura política portuguesa já desde os tempos da Monarquia (Torgal e Homem, 1982, p.1439). O contexto sociopolítico determina

e modela, como se pode observar claramente, não só os objetos de discurso, mas também os seus modos de construção.

As admoestações presidenciais não se dirigem tanto aos movimentos e organizações políticas oposicionistas, mas sim à população geral que, em ambas as campanhas presidenciais, aderiu entusiasticamente aos candidatos da oposição. Aliás, Raby (1982, p.880) refere que a candidatura de Delgado, “provocou uma explosão popular sem paralelo antes do 25 de Abril”.

Com a Guerra Colonial (1961-1974), surge também a necessidade de apaziguar uma oposição crescente, sobretudo com uma guerra que se tornou impopular, pelos graves problemas humanos e financeiros que acarretou, e que era atribuída principalmente a uma “obstinação colonialista” do Estado Novo (Lucena, 2002, p.11), que defendia “uma vocação imperial da nação” (Rosas, 2001, p.1035).

(20) A espécie de angústia espiritual do nosso tempo não se curará através da permanente e sôfrega procura de gozos e bens materiais, nem se curará com mutações políticas a cada momento procuradas, ainda que as instituições tendam a evolucionar à medida que as circunstâncias da vida económica e social apresentem alterações profundas (...). Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa mais aceleradamente permita. (AT1965)

Há um exercício de uma ação preventiva e corretiva, característica do discurso propagandista do Estado Novo: o propósito aqui não é “fazer fazer” (Charaudeau, 2007, p.5), mas sobretudo um “fazer não fazer”, que pretendia domesticar o que Raby (1982, p.869) denomina de uma “vontade popular de mudança”.

Constrói-se aqui uma dimensão performativa da imagem do Presidente da República: é o salvador que surge no meio de uma situação dramática, é o líder que sabe o que é necessário fazer para reparar a situação e a que valores apelar para motivar o povo, e, ao dirigir-se aos

Portugueses, fá-lo de forma paternal, guiando-os para o caminho certo. Esta imagem do Presidente da República não é, claro, mais do que uma extensão da imagem do regime.

A articulação destas diferentes estratégias argumentativas – (1) descrição de um mal, (2) descrição das causas do mal, (3) exaltação de valores e medidas que reparam o mal e (4) apelo ao povo e aparição do salvador – traça a estrutura prototípica dos contos populares e das histórias de aventuras (Charaudeau, 2009, p.9): uma situação inicial, marcada pela presença de um obstáculo ou de um mal, a determinação das causas desse mal e a sua reparação através da intervenção de um herói. E este tipo de “narrativa dramatizante”, sistemática nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, está na base do discurso de manipulação (Charaudeau, 2009, p.9).

Os aspetos que fazem de um discurso um discurso de manipulação (Charaudeau, 2009) verificam-se nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo: um locutor dotado de legitimidade, um projeto que se apresenta ao manipulado como benéfico e uma credibilidade que se constrói no discurso. Estão aqui em jogo (e, como em qualquer discurso persuasivo) estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público e, como é característico dos discursos de propaganda política, usam-se estratégias manipulatórias locais, como as que analisámos, para construir uma “narrativa dramatizante” que predispõe o público a adotar o ponto de vista do locutor e permite a quem fala adotar uma posição de salvador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Charaudeau (2009, p.11), o discurso de inculcação ideológica constitui a forma mais extrema de manipulação dos espíritos e foram precisamente as estratégias discursivas mais gerais e as estratégias manipulatórias locais ao serviço desse propósito nos discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1972), que este artigo se propôs analisar.

Partindo do pressuposto de que a manipulação faz parte de uma argumentação do tipo persuasiva e que o locutor para atingir o sucesso do seu projeto argumentativo deve assegurar a sua legitimidade, a sua credibilidade e captar (afetivamente) o público, organizámos a análise em três partes, e focámos, respetivamente, (1) de que forma a legitimidade do estatuto institucional de Presidente da República serve de base para o discurso de manipulação, (2) as estratégias manipulatórias locais empregues ao serviço da construção de emoções e da captação do público e (3) as estratégias manipulatórias locais que contribuem para a construção de uma dimensão da imagem presidencial.

Verificámos que, nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, o estatuto do Presidente da República, que dá legitimidade a quem fala e faz parte da imagem prévia (Amossy, 2000) ou *ethos* institucional (Amossy, 2010) do locutor, é retomado e retrabalhado no discurso, de forma a evidenciar-se a dimensão institucional da imagem do Presidente e reforçar a credibilidade da palavra presidencial enquanto voz autorizada. A construção desta dimensão da imagem do Presidente é feita no discurso através do recurso a atos assertivos, marcados por estruturas deônticas, estruturas explicativas e apagamento enunciativo, nos quais são enunciadas as competências necessárias e responsabilidades que acarreta o exercício do cargo da presidência. A construção desta voz legitimada e credibilizada é o ponto de partida para o discurso e (as estratégias) de manipulação.

Concluimos ainda que a captação do público é conseguida através da construção de uma emotividade negativa. Este *pathos* negativo, característico dos discursos totalitários (Kacprzak, 2013, p.2), é construído através de duas estratégias argumentativas: (1) a descrição de um mal e (2) a descrição das causas do mal. No discurso, é, então, descrita uma situação dramática, através de variados mecanismos de intensificação (como enumerações, estruturas de superlativação, léxico disfórico): o povo português vê-se impotente em relação a um mundo em constante mutação social, política e económica e vítima de consequências imprevisíveis, numa conjectura que não apresenta fim à vista. Observámos que é a partir da dramatização da situação do País que os projetos propagandistas e doutrinários do regime são apresentados como algo benéfico para o público.

Estratégias discursiva	Descrição	Mecanismos Linguístico-discursivos	Estratégias manipulatórias
De legitimidade	– estatuto institucional de Presidente da República – retoma no discurso do ethos institucional	– atos assertivos, marcados por estruturas deônticas fortes, estruturas explicativas e apagamento enunciativo.	—
De captação do público	– construção de uma emotividade negativa, através da dramatização da situação do país	– mecanismos de intensificação (enumerações, estruturas de superlativação e de generalização, personificações, repetições, léxico disfórico e atos preditivos)	– estratégia de descrição de um mal
			– estratégia de descrição das causas do mal
De credibilidade	– construção performativa do ethos (focada na dimensão de liderança e autoridade)	– atos assertivos, marcados por estruturas deônticas; – atos diretivos e expressivos de apelo; – atos diretivos de advertência	– estratégia de exaltação de valores e medidas reparadoras
			– estratégia de apelo ao povo e aparição de um salvador

Tabela 2 - Estratégias de influência discursiva e estratégias argumentativas

Apurámos também que a credibilidade do locutor é construída no discurso através do recurso a duas estratégias manipulatórias locais: (1) a exaltação de valores e medidas reparadoras e (2) o apelo ao povo e aparição de um salvador. Concluimos igualmente que é através de atos assertivos, marcados por estruturas deônticas, atos diretivos e expressivos de apelo e atos diretivos de advertência, que é construída uma dimensão performativa da imagem do Presidente da República: o locutor apresenta-se no papel de salvador e de líder do povo.

Confirmámos ainda que a articulação das diferentes estratégias argumentativas – (1) descrição de um mal, (2) descrição das causas do mal, (3) exaltação de valores e medidas que reparam o mal e (4) apelo ao povo e aparição do salvador – confluem numa estratégia mais global de manipulação, que mimica a estrutura prototípica dos contos populares e das narrativas de aventuras.

Verificámos também que a manipulação, nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, serve propósitos de propaganda e inculcação ideológica que diferem de acordo com as diferentes conjecturas que o regime viveu. Observámos que serviu como justificação do modelo político, durante a Grande Depressão dos anos 30 e como ferramenta de repressão de um espírito popular oposicionista, no período pós-guerra, com as candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado, e no período da Guerra Colonial (1961-1974). Constatámos ainda a dimensão estruturante do contexto sociopolítico de cada discurso, ao verificarmos que não só são construídos objetos de discurso diversos, mas os seus modos de construção discursiva também variam.

Confirmámos, por último, que a forma como as estratégias discursivas mais gerais (de legitimidade, de credibilidade e de captação do público) e as estratégias manipulatórias locais são empregues nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo são indicativas da presença de um discurso de manipulação voluntária, na medida em que instauram um locutor dotado de legitimidade e credibilidade que faz passar um projeto como benéfico para quem é manipulado.

Análises comparativas entre outros géneros de discurso presidencial, como os discursos de Ano Novo ou os de abertura da Assembleia Nacional, e/ou entre discursos de outras figuras do regime, como os do Presidente do Conselho de Ministros, são necessárias para traçar um quadro mais completo do discurso de manipulação (e das suas possíveis mutações) no Estado Novo.

REFERÊNCIAS

- Adam, JM. (1997). Genres, texte, discours, pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, v.75- 3, p. 665-681.
- Álvarez, A. & Chumaceiro, I. (2009). El discurso de investidura en la reelección de Uribe y de Chávez. *Forma y Función*, Vol.22, 2.
- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos*. Paris: Delachaud et Niestlé.
- _____ (2000). *L'argumentation dans le discours*. Discours politique, littérature d'idées, Fiction. Paris: Nathan.
- _____ (2010). *La présentation de soi – Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Borel, MJ. (1981). L'explication dans l'argumentation: approche sémiologique. *Langue française*, v.50, p. 20-38.
- Bourdieu, P. (1977). L'économie des échanges linguistiques. *Langue française*, v.34, p. 17-34.
- _____ (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Braga da Cruz, M. (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, v. XVIII (72-73-74), p. 773-794.
- Campbell, K. & Jamieson, K. (1985). Inaugurating the Presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v.15, 2, p.394-411.
- Charaudeau, P. (2005a). Quand l'argumentation n'est que visée persuasive. L'exemple du discours politique. In: Burger, M. e Martel, Guylaine (org.). *Argumentation et communication dans les médias*. Québec: Éditions Nota Bene, p.23-43.
- _____ (2005b). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- _____ (2007). De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication. In: Boix, C. *Argumentation, Manipulation, Persuasion*. Paris: L'Harmattan.
- _____ (2008). Pathos et discours politique. In: RINN, M. (org.). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Charaudeau, P. (2009). Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale. *Acte du colloque de Lyon*.

Charaudeau, P. (2015). Le charisme comme condition du leadership politique. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, v.7. [Disponível online em: <http://rfsic.revues.org/1597> , consultado a 15 de setembro de 2016].

Chung, J.C. & Park, H.W. (2010). Textual analysis of a political message: the inaugural addresses of two Korean presidents. *Social Science Information*, v. 49, 2, p.215–239.

Freire, A. & Pinto, A.C. (2010). *O Poder Presidencial em Portugal*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Kacprzak, A. (2013). Le pathos négatif en tant que trait du discours politique totalitaire. *Argumentation et Analyse du Discours*, v.10.

Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In: Amossy, . (org.). *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos*. Paris: Lausanne, Delachaux et Niestlé, p.75-101.

Marques, M.A. (2012). Emotions and Argumentation in the Portuguese Parliament. In: Ionescu-Ruxandoiu, L. (org.). *Parliamentary Discourses across Cultures: Interdisciplinary Approaches*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 117-132.

Noppen, J.P. (2002). The Presidential Inaugural Address – A genre analysis. *Les cahiers du CeDop*, Université Libre de Bruxelles.

Micheli, R. (2008). L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. *Argumentation et analyse du discours*, v.1.

Plantin, C. (1999). La construction rhétorique des émotions. In Rigotti, E. *Rhetoric and Argumentation. Proceedings of the International Conference*, Tubingen: Max Niemeyer Verlag, p.203-219.

Raby, D. (1982). O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado em 1958. *Análise Social*, vol. XVIII, (72-73-74), p.869-883.

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV (157), p.1031-1054.

_____ (2013). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.

Rowland, R. (2002). *Analyzing rhetoric: A handbook for the informed citizen in a new millennium*. 2ª ed. Dubuque, IA: Kendall Hunt.

Saraiva, J.H. (1991). *História concisa de Portugal*. 14ª ed. Mem Martins: Europa-América Scherer.

Torgal, L.R. & Homem, A.C. (1982). Ideologia salazarista e «cultura popular» – análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), p. 1437-1464.